ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE JUINA

RELATORIO DE VIAGEM - REQ. DIÁRIA N. 069/2017

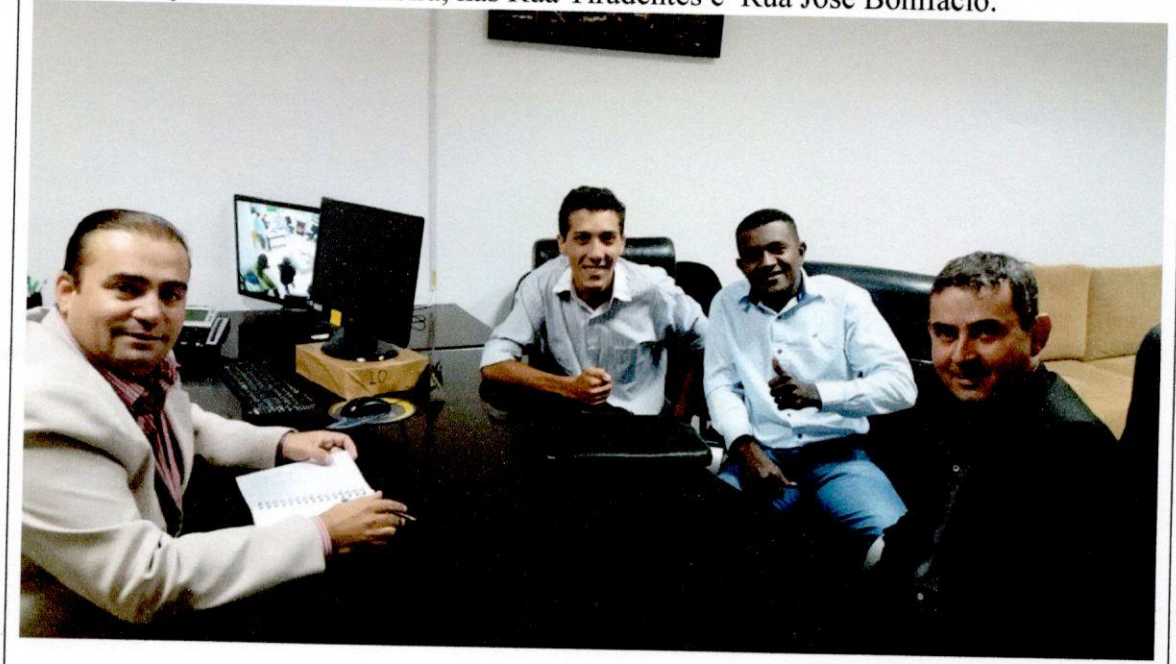
Proposto: GERALDO ANTÔNIO FERREIRA

Cargo / Função: VEREADOR

Data da Viagem de Juína para Cuiabá: dia 20/06 , as 20 horas
Chegamos em Cuiabá dia 21 quarta-feira as 7:30

RELATÓRIO DA VIAGEM À CUIABÁ - ATIVIDADES :

Roteiro das Visitas do DIA 21 – QUARTA-FEIRA

10:40 horas	Estive na Assembleia Legislativa – Gabinete Deputado Alan Kardec – reforçando pedido de emendas, levei dados das localidades pleiteadas para ser contempladas com recursos para fomento de atividades esportivas e de lazer para jovens dos bairros.
11:48 horas	Estive na Assembleia Legislativa – Gabinete Deputado Wagner Ramos – reforçando pedido de emendas, levei dados das localidades pleiteadas para ser contempladas com asfalto. Solicitei apoio para junto da Coordenação do Programa Caravana da Transformação a vinda dos serviços para Juína, Cobrei do Deputado apoio para sensibilizar o governo para colocar em dia os repasses para saúde. Estivemos também acompanhado do Deputado Wagner Ramos na Secretaria das Cidades com a servidora Juliana Ferrari tratando da emenda de 400 mil para pavimentação Bairro Palmiteira, nas Rua Tiradentes e Rua José Bonifácio. 

14:35 horas	Estive na companhia de vários vereadores de Juína na Secretaria de Estado de Infraestrutura, com presença do Deputado Oscar Bezerra, reforçando o pedido de manutenção e reparos na MT 183 e na MT 170. Foi entregue documento reforçando a necessidade e apontando pontos críticos e situação da população de utiliza estas rodovias. Foi sugerido que a SINFRA, aderir a Ata de Registro de Preço para contratação de horas de caminhões e maquinários para fazer reparos na 183.

15:40	Estivemos em comitiva de Vereadores de Juína na SEDUC, fomos recebidos pelo Secretário Marco Marrafom. Pauta da reunião: sobre as reformas das escolas estaduais :COLÉGIO 9 DE MAIO, EZEQUIEL RAMIM, MARECHAL INDUSTRIAL, 21 ABRIL, cobertura de quadras de esportes, computadores para alunos das salas anexas, ensino médio.
16:24	Estivemos no Intermat, reivindicamos agilidade nos processos de regularização fundiária Módulo 6. Reivindicamos atendimento itinerante em Juína.
	Dia 22 de junho – quinta-feira
14:35	Estivemos na Superintendência do INCRA MT, verificando procedimentos para atualização cadastral, declaração de assentado e comprovação de atividade rural, Cobramos agilidade nas questões de apoio ao P.A – titulação dos assentamentos Gleba Boa Esperança área I e IV (Caiabi). Gleba Iracema áreas I, II e III e sobre Georreferenciamento e certificação de imóveis acima de 100 ha passam a ser obrigatórios.

	Estivemos na AMM - reunião na AMM – ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS, o Presidente da AMM Neurilan Fraga, Deputado Vitorio Galli, alguns prefeitos para debater questões referente FETHAB demonstrando também que Juína é contra ideia do Governador de tirar recursos do Fethab para pagar debito com a saúde. Falamos também da Marcha de Cuiabá que acontecerá dia 10 e 11 de julho debater mudanças na Lei Kandir integra a programação da 1ª Marcha a Cuiabá – Prefeitos e Vereadores em Defesa dos Municípios Mato-grossense

Dia 23 de junho – sexta-feira

12:17	Estive na Casa Civil – para pleitear a vinda do Programa Caravana da Transformação para cidade de Juína – PROGRAMA de interesse da municipalidade pois consiste em atendimentos diversos principalmente para reduzir fila de espera de exames e de cirurgias catarata , pterígio e yag laser. Emissão de documentos pessoais, palestras educativas, etc.
16:44	Retornei ao Intermat para sondar processos de regularização fundiária do Modulo 6 - que havia tratado anteriormente e pediram prazo para averiguar posicionamento. Sondagem como a assessoria jurídica do Intermat esta intermediando a ação judicial do Módulo 6.

Percursos realizados: Juína/Cuiabá/Juína

Transporte realizado: ônibus, transporte coletivo

	Data	Hora
Saída/Juina:	20/06/2017	20:00
Retorno/ Saída de Cuiabá :	23/06/2017	19:00
Chegada em Juína	24/06/2017	07:40
Despesas foram: 03 diárias = R$ 900,00 Recebi: Novecentos Reais		

Geraldo Antônio Ferreira
Vereador

Câmara Municipal de Juína, 27 de junho de 2017

Presidente Sandro Cândido da Silva

ANEXO III

LEI 1541/2014 DE 15/12/2014

PROTOCOLO DE VISITAS

Nome do (a) vereador (a): **Geraldo Antônio Ferreira** **REQ. N.º 69/2017**

Município destino: **Cuiabá**

Data saída: 20/06/17 hora: 20:00 Transporte: Ônibus

Data chegada: 21/06/17 hora: 7:30 Transporte: Ônibus

Data retorno: 23/06/17 hora: 19:00 Transporte: Ônibus

Data chegada: 24/06/17 hora: 7:40 Transporte: Ônibus

DATA E HORÁRIO EM QUE ESTEVE NO ORGÃO/SECRETARIA/OUTROS	LOCAL:	ASSINATURA E CARIMBO DO ATENDENTE
21/06/17 HORA: 10:40	Gab Dep. Allan	
21/6/17 HORA: 11:48	gab Dep. Wagner	
21/06/17 HORA: 14:35	Gab. Deputado Mauro Mendes	Aline Fernanda Parminondi Palma Chefe de Gabinete SINFRA/MT
21/06/17 HORA: 15:40	Sesuc Unidade de Relações Políticas	Hennfany Kassio de Oliveira Pires Assessor Técnico Unidade de Relações Políticas
21/06/17 HORA: 16:24	Internat	Claúdia C. A. Montanha Gabinete / Presidência INTERMAT
22/06/17 HORA: ___	Incra	Batmasterson Schmidt Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário INCRA / MT
23/06/17 HORA: 12:17 HS	Casa civil	Dilma Cunha Assessora Técnica II Casa Civil
23/06/17 HORA: 16:44	Internat	Karen Fernanda de Souza Silva Matrícula Nº. 275928 Gerente da GECAP INTERMAT
___/___/___ HORA: ___		
___/___/___ HORA: ___		
___/___/___ HORA: ___		

ASG

Anexo Administrativo Ver. Paulo de Oliveira Fernandes - Praça Tancredo de Almeida Neves, s/n
Fone: 3566-8900 site: www.juina.mt.leg.br
CEP 78320-000 – Juína - Mato Grosso

Senador quer compensação total para MT

23 JUNHO 2017

Tweet

Mato Grosso deixa de arrecadar anualmente R$ 5 bilhões com a desoneração pela Lei Kandir das commodities agrícolas exportadas. O governo federal tenta minimizar essa frustração de receita transferindo R$ 400 milhões do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações (FEX) - em igual período - para o Estado e os 141 municípios. Esses números foram apresentados ontem, em Cuiabá, pelo presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, numa coletiva conjunta com o senador republicano Wellington Fagundes, para abordarem essa questão.

A transferência do FEX não é sequer regulamentada. Sua liberação fica condicionada a articulações políticas do governador e da bancada federal. Na tentativa de zerar o rombo que a Lei Kandir causa aos estados e municípios exportadores de commodities, Wellington apresentou um projeto de lei que pede a compensação integral do montante desonerado. O projeto tramita e seu autor reconhece que terá que fazer muita articulação para alcançar parte daquilo que pede, ou seja, 100%. O senador mato-grossense tem ao seu lado as bancadas do Centro-Oeste, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul, que são regiões com muitos itens da pauta da exportação desonerada e que têm forte participação na balança comercial. Por outro lado, o noticiário econômico dá conta de que os congressistas do Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo têm entendimento contrário a essa pretensão.

Neurilan avalia que se houver compensação à altura, Mato Grosso terá, a mais, em caixa, todos os anos, R$ 5 bilhões e que esse montante é bem mais expressivo do que a meta de incremento da receita que se busca com a proposta de reforma fiscal pelo governo de Pedro Taques.

Wellington salienta o que Supremo Tribunal Federal definiu prazo até novembro para que o Congresso Nacional regulamente a transferência do FEX. Se isso não ocorrer, o Supremo transfere ao Tribunal de Contas da União a competência para tanto.

Tramitação de projeto no Congresso é sempre lenta, porque o mesmo tem que se aprovado pelo sistema bicameral sendo uma Casa revisora da outra. A lentidão ainda é maior quando se trata de matéria complexa que mexe no rateio das receitas. Esse assunto será tratado em Cuiabá, no próximo dia 10, numa audiência pública que será conduzida por Wellington, como parte da programação da "1ª Marcha a Cuiabá, de prefeito e vereadores em defesa dos municípios mato-grossenses".

Tanto Wellington quanto Neurilan concordaram que não é difícil apurar o montante exportado pelos municípios e estados, pois semanalmente o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços publica balanço demonstrativo da exportação dos produtos, seu peso e destino, e a origem municipal e estadual. Com esses dados o Congresso tem em mãos a ferramenta para propor a regulamentação do FEX, que hoje é apurado por mecanismo estranho até mesmo para seus contemplados. As pedras no caminho ficarão por conta do governo federal, que sempre defende a política de centralização de receita.

PRESENÇAS – O deputado federal Victório Galli (PSC); o secretário Nacional de Política Agrícola, Neri Geller; o presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso, Rafael Piovezan; e prefeitos acompanharam a coletiva.

Fonte: FolhaMax

Comentar

Nome (obrigatório)

E-mail

Título (requerido)

Você ainda dispõe de 1000 letras